

Recebido em: 04/05/2022  
Aprovado em: 25/06/2022  
Publicado em: 30/09/2022

**FREUD E A MISOGINIA**  
**possíveis leituras a partir de uma epistemologia feminista**

**FREUD AND THE MISOGYNY**  
**possible readings from a feminist epistemology**

João Victor Ponciano<sup>1</sup>  
([jvponcianopucpr@gmail.com](mailto:jvponcianopucpr@gmail.com))

**Resumo:** O machismo, expressão da misoginia, utiliza-se de diversas estratégias de aperfeiçoamento que visam assegurar a manutenção de toda uma ordem de privilégios sociais historicamente atrelados a uma identidade específica (homem branco-europeu-heterossexual), conjunto de disposições culturais conhecido como sistema patriarcal. Pretende-se discutir se a obra de Freud se encontra alheia a esses mecanismos ou encontra-se limitada pelos dispositivos do patriarcado. Como estratégia, será adotado um percurso específico que nos permitirá, inicialmente, compreender como o conceito de misoginia se estruturou no pensamento ocidental e seu entrelaçamento com a história e a cultura, visto que a nossa hipótese, *a priori* é de que este pensamento está intimamente associado aos dispositivos produzidos pelo patriarcado. Por fim, entraremos em discussão com o fundador da psicanálise, a partir da sua teoria do complexo de Édipo, tentando, assim, perceber em que medida o pensamento freudiano acerca da sexualidade está afetado pelas técnicas falaciosas de um pensamento oriundo da misoginia. Buscaremos adotar, como método de análise dessas construções teóricas psicanalíticas, a categoria que sugerimos chamar de epistemologia feminista.

**Palavras-Chave:** Misoginia. Epistemologia feminista. Freud. Complexo de Édipo.

**Abstract:** Sexism, expression of misogyny, uses several enhancement strategies that aim to ensure the maintenance of an entire order of social privileges historically tied to a specific identity (white-European-heterosexual man), a set of cultural dispositions known as the patriarchal system. What we want to discuss here is whether Freud's work is unrelated to these mechanisms or whether psychoanalytic theory is limited by the devices of patriarchy. As a strategy, we will adopt a specific path that will allow us, initially, to understand how the concept of misogyny was structured in Western thought and its intertwining with history and culture; our hypothesis, *a priori*, is that this thought is closely associated with the devices produced by patriarchy. Finally, we will discuss with the founder of psychoanalysis, from his theory of the Oedipus complex, trying to understand if Freudian thought about sexuality is affected or not by the fallacious techniques of a thought originating from misogyny. We will seek to adopt, as a method of analysis of these psychoanalytic theoretical constructions, the category we suggest to call feminist epistemology.

**Keywords:** Misogyny. Feminist epistemology. Freud. Oedipus complex.

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Psicanálise da Faculdade da Amazônia a nível *lato sensu*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4160996671087824>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9509-1811>.



## 1 UM OLHAR PARA A HISTÓRIA A PARTIR DA MISOGINIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Sempre que emergem discursos que associam as mulheres à loucura, à histeria, a uma espécie de natureza frágil e inferior em relação ao homem, que legitimam a desigual distribuição de responsabilidades sociais, seja no campo da política ou em postos de trabalhos, podemos discernir a reprodução de traços misóginos internalizados historicamente na cultura humana. Qualquer estrutura, seja ela cultural, política ou social, que esteja alicerçada em pressupostos essencialistas, baseadas em certas predisposições naturais e que classificam hierarquicamente os homens em uma posição superior em relação à mulher, com base na genitália, pode ser tida como misógina.

A história nos revela que os homens sempre garantiram preponderância nessa distribuição de poder e as mulheres foram continuamente colocadas em submissão pelo simples fato de serem “mulheres”.

Para exemplificar o argumento, podemos nos reportar às críticas apresentadas por Simone de Beauvoir a respeito das teorias desenvolvidas por Freud, acerca da inveja que o pênis despertaria, “naturalmente”, nas meninas. Para a mencionada autora, tal teorização deriva de uma tradição epistêmica corrompida por dispositivos que buscam inferiorizar as mulheres. A inveja do órgão masculino, em verdade, não ocorreria por uma contingência intrinsecamente biológica, mas pelo símbolo de poder que o órgão genital masculino representaria. Afirma a filósofa francesa que,

a menina não inveja o falo a não ser como símbolo dos privilégios concedidos aos meninos; o lugar que o pai ocupa na família, a preponderância universal dos machos, a educação, tudo confirma a ideia de superioridade masculina (BEAUVOIR, 1949/2016, p. 72).

Portanto, a convenção acerca dessa anatomia é determinante para o desenvolvimento do suposto complexo de castração. É desse acordo cultural, garantidor de privilégios a uma determinada parcela da sociedade, que emerge a misoginia e se reproduz o patriarcado, espraiando consequências para todo o pensamento ocidental. Segundo Tiburi (2019, p. 39), “a misoginia é o discurso de ódio especializado em construir uma imagem visual e verbal das mulheres como seres pertencentes ao negativo<sup>2</sup>”. Tal construção é que torna as práticas de

<sup>2</sup> Tiburi emprega o termo negativo para designar aquela que está fora do poder, a saber, a quem está destinado a tornar-se inferior.

violências materiais ou simbólicas contra as mulheres socialmente aceitáveis, como justifica a formulação de teorias que colocam as mulheres em posição de subalternidade social.

A partir dessa premissa, não causa nenhum incômodo alicerçar uma cultura em um argumento que desloca a mulher para uma posição submissa, tendo como finalidade apenas o serviço. Em outras palavras, a razão da existência da mulher seria se tornar serva do homem, nada mais e, portanto, qualquer ação que procure alterar a ordem natural do sistema patriarcal deve ser reprimida até que as tensões cessem.

Os discursos, as normas, a internalização de uma moral repressora, a naturalização de dogmas, leis que não podem ser questionadas, as violências simbólicas e físicas, o direito de fazer política, filosofia, ciência são parte de um mecanismo de poder que sustenta o privilégio de alguns, neste caso, o privilégio dos homens. Esse mecanismo, denominado de dispositivo<sup>3</sup>, é capaz de perscrutar as subjetividades e forjar identidades adaptadas às suas prescrições.

Isso reforça a ideia de que existe uma ordem social que favorece grupos enquanto obriga outros a se submeterem a certo regime de verdade, culminando na violência, inclusive na própria morte de quem ousar desrespeitar a regra. O patriarcado, portanto, é a forma de organização social que sustenta a ordem de privilégios masculinos, dentre os quais está a transformação da vida das mulheres em “escravidão”, ou seja, a reificação da vida humana cujo destino vivencial seja atrelado à satisfação dos desejos dos homens.

Para que tamanha engrenagem funcione, é necessário que as bases sociais estejam em consonância com moralidades inquestionáveis, que dão suporte aos privilégios desigualmente distribuídos. Em outros termos, realça Tiburi (2019, p. 63) “o patriarcado depende da ideia de natureza que define a existência de apenas dois sexos, cujos comportamentos foram programados”. Neste caso, a natureza define a essência humana levando em consideração o sexo, e, caso seja feminino, sua essência<sup>4</sup> é a sujeição ao homem, pois a natureza lhe teria feito inferior.

Essa inferioridade torna-se decisiva para a generalização de argumentos que excluem as mulheres da atuação na esfera pública como um todo, torna-as vulneráveis e dependentes de um provedor (o homem) e as coloca como principal modelo para o estudo de certas patologias,

<sup>3</sup> Estamos nos apropriando do termo utilizado por Foucault, para justificar o privilégio dos homens em relação às mulheres no decurso da história. Segundo ele, dispositivo seria “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não-dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1984, p. 244).

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que no conceito de essência está inserida a concepção de imutabilidade.

como é o caso da histeria<sup>5</sup>. Sanches e Rodrigues (2021), ao escreverem sobre a misoginia, advertem que o processo civilizatório ocidental caminha de forma estrita ao ódio direcionado às mulheres. Destacam que a transmissão da cultura por meio da escrita - domínio exclusivo dos homens, não só contribui com o silenciamento das mulheres, como também propaga concepções pautadas na depreciação do ser mulher. De Eva à Pandora, facilmente encontramos exemplos da vinculação do feminino com o mal. Relatam as autoras:

A hostilidade contra a mulher é encontrada em todos os tempos e lugares, não sendo possível traçar claramente suas origens. A exclusão das mulheres da vida econômica e política, o feminicídio, as manifestações de assédio moral e sexual, são expressões enraizadas e cotidianas de desprezo e violência dirigidos ao feminino. Para além dessas situações evidentes de hostilidade, temos na cultura mecanismos mais sutis de controle do corpo feminino, que impregnam a sexualidade da mulher com culpas, medos e passividade. A mulher costuma ser concebida como um “outro” indecifrável, enigmático e ameaçador, que precisa ser “domesticado” no pleno sentido da palavra: associada ao selvagem, a mulher deve ser controlada e docilizada, restrita ao espaço doméstico (SANCHES; RODRIGUES, 2021, pp. 129-130).

Tendo em vista a hipótese de que a civilização ocidental está fundada no pensamento misógino, pressupomos que um dos fatores que atuam como sustentáculo da sociedade patriarcal seria a produção de teses que colocam os homens em posição de destaque e as mulheres em posição de inferioridade. Essas inúmeras teses, entretanto, estão ancoradas em argumentos lacunares, mais propriamente supersticiosos do que científicos, que cristalizam preconceitos, hábitos e desejos que impedem o indivíduo de adquirir lucidez acerca da distinção categórica entre crença e realidade material. Como disse Bertrand Russell (1971-2, p. 178), “o homem que se compraz numa tal teoria do conhecimento humano assemelha-se ao homem que nunca abandona seu círculo doméstico por receio de que fora dele sua palavra não seja lei”.

A partir dessa problemática, torna-se necessário pensar em epistemologias que sejam aplicadas como ferramentas que auxiliem na tarefa de implodir os “dogmas científicos” frutos de hábitos culturais que solidificaram estruturas misóginas no campo da ciência. A própria filosofia pode ser exemplo de domínio de saber rigidamente discriminatório, produtora daquilo que estamos chamando de dogmas científicos, pois parte de seu campo retroalimenta uma exclusividade em determinados círculos, em nome de um saber vazado de lacunas. Essa exclusão se evidencia quando nos deparamos com a história da Filosofia no Ocidente. Imaginando um hipotético julgamento da Filosofia podemos simular mentalmente como seria

<sup>5</sup> Durante um longo período de tempo a histeria foi considerada uma patologia própria da mulher.

o interrogatório de sua trajetória, a fim de tornar as proposições desse texto mais lúcidas: No banco dos réus, está sentada a Filosofia, e, como testemunha, a História toma assento. Como juíza, a ciência. A primeira pergunta é: Quem estava autorizado a fazer filosofia? Por que se acreditava a Filosofia como patrimônio exclusivo de um território geográfico específico? Por que a Filosofia tem uma suposta data de criação e um berço determinado? O gênero masculino é o criador da Filosofia? Se sim, por que a história relata a existência de mulheres que ousaram filosofar? Se não, onde estão as mulheres quando nos deparamos com o cânone filosófico?

Se pensarmos que em dado momento a história foi excludente e se “a filosofia é exclusiva”, como intui Peter Sloterdijk (2016, p. 15) “ela apenas reflete a autoexclusão que a maioria se impõe”. Dessa maneira, infere-se que o fazer filosófico opera a partir de bolhas coexistentes, que têm limites bem definidos na maioria das vezes. Então, cabe ao investigador científico atravessar os limites ou lhes estabelecer novas latitudes. Por essa razão, torna-se essencial tomar como método de pesquisa uma epistemologia que nos permita indagar sobre a pertinência temporal de certos “dogmas”, com vistas à promoção de um conhecimento que preencherá as lacunas deixadas pelas estruturas opressivas.

## 2 EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS COMO MÉTODO INVESTIGATIVO

Esta sessão procura especificamente pensar a produção feminista, suas críticas à produção dos saberes científicos, reenquadrar questões antigas e vindouras a partir de uma nova ótica, que chamaremos de epistêmico-feminista. Se, por um lado, a história escamoteia as mulheres e, conseqüentemente suas produções; por outro lado, podemos observar a emergência de movimentos de resignificação do passado, por meio do advento das ondas de resistência feministas, que sinalizam um ímpeto emancipatório. A epistemologia feminista, ou, em termos mais precisos, as epistemologias feministas fazem parte desse processo de desnaturalização e releitura do passado, no que tange à construção da civilização alicerçada pelo dispositivo do patriarcado com vistas à reconstrução do presente por meio de uma nova leitura. O objetivo deste trabalho é, também, firmar o compromisso para a construção de uma teoria emancipadora a partir do método epistêmico-feminista. A seguir, um breve resumo do que se poderia entender por esse termo.

As diversas abordagens feministas da epistemologia – ou seja, a crítica feminista da ciência, com a atenção voltada, especialmente, para as relações entre as teorias do conhecimento e os nocivos estereótipos de gênero que as formam – se encontram a partir

da observação de que a exclusão das mulheres da produção de conhecimento tem consequências que são constantemente ocultas pela ilusão da imparcialidade do sujeito conhecedor, dos métodos de que se utiliza e dos objetos que considera dignos de investigação.

Ao adentrarmos no bloco das ideias de um determinado campo do saber da filosofia, como é o caso da teoria do conhecimento,<sup>6</sup> podemos perceber que os conceitos criados, como o de objetividade científica, mostraram-se distorcidos ou delineados por discursos e práticas que não acomodavam outras maneiras de pensar. Tudo que viesse à lume como produção científica a partir de marcador que não fosse masculino seria descartado, pois havia um critério imprescindível para fazer ciência, ostentar o indivíduo a condição de ser um “sujeito pensante”.<sup>7</sup> Portanto, a produção de conhecimento era, então, estritamente excludente, como já vimos na sessão anterior. De um lado, o meio científico era refratário ao pensamento criado por mulheres e, de outro, dificultava ou até mesmo impossibilitava a entrada de mulheres nos territórios considerados “de homens”. Essa discussão nem entra em outros campos da problemática da “gentrificação”, mais amplo do que o aspecto ora abordado: o binarismo homem/mulher nos interessa, por ora, como um início de discussão possível.

As teorias feministas, especificamente o que pode ser chamado de epistemologia feminista, procuram novas formas de compreender o “sujeito”, repensar essa categorização, encontrar outras definições e possibilidades investigativas para esse sujeito, de modo a fugir do posicionamento que reflete a cristalização de um binarismo simplista, que só traz marcas estéreis, ou preconceituosas, ou estereotipadas, ou falsas, enfim, marcas que *ainda* deslocam a mulher para situações vivenciais que naturalizem toda a sorte de violências sejam elas simbólica, física, patrimonial, entre outras.

Os processos que envolvem as perspectivas feministas se dão a partir da compreensão epistêmica do sujeito como possuidor de corpo, localização e posição diferentes, isso evidencia o fracasso das tentativas de universalização de perspectivas que são estritamente particulares e, por assim dizer, singulares. Isso possibilita a coexistência da diversidade de agentes do conhecimento. É preciso enfatizar que não existe uma única epistemologia feminista, pois o que existe são coletivos de ideias, aproximações e argumentos que têm em comum somente o comprometimento de suas investigações científicas com a exposição e a reversão da [suposta] derrocada das mulheres e a superação do preconceito de gênero das fórmulas tradicionais (LONGINO, 2012).

<sup>6</sup> Campo em que a ciência encontra sua base.

<sup>7</sup> Categoria estritamente masculina, pois não se falava em sujeita, mas apenas sujeito.

A construção dos espaços de debate científico não deve ser monopolizada, nem sua existência identificada como campos de pertencimento estritamente “masculino”; mas, sim, campo de debates, que podem emergir de qualquer lado e encontrar eco. Margareth Rago reconhece os avanços encontrados com o surgimento de novas epistemologias. Ela afirma (1998, p. 10) que “há que se reconhecer as dimensões positivas da quebra das concepções absolutizadoras, totalizadoras, que até recentemente poucos percebiam como autoritárias, impositivas e hierarquizantes”. Portanto, incorrer no mesmo erro do passado – ou dos passados, critério, muitas vezes, utilizado pelo meio acadêmico para dividir o tempo, em temporalidades, épocas ou momentos – o de pensar que não existem “novas epistemologias”, diferentes olhares sobre o mesmo objeto, enunciados científicos distintos, muito menos uma “epistemologia feminista” representa um retrocesso tanto para a ciência quanto para a situação geral das mulheres.

De acordo com Showalter (1994, p. 29), quanto a essa construção epistemológica, que tem como base o feminismo, é necessário “encontrar seu próprio assunto, seu próprio sistema, sua própria teoria e sua própria voz”. A partir dessa base, defende-se que a epistemologia feminista tem se firmado, cada vez mais, após lutas ao longo de décadas e séculos, pois há discursos referentes estritamente a esse modo de pensar. Existe um sistema próprio, teorias que corroboram com o modo de fazer feminismo e, principalmente, uma nítida voz que clama por espaço, tanto na comunidade civil, como nos espaços de poder estatal, e também na academia. Portanto existe um conjunto de discursos e práticas a que podemos chamar feminismo, isso é sabido, há estudos sobre sua genealogia, temporalidades e redes. Mas, por isso mesmo, é necessário que, de tempos em tempos, façam-se investigações acerca de seu andamento, suas intersecções e transdiscursividade.

Por esta razão, não seria escandaloso pensar em uma possível leitura da psicanálise a partir da ótica feminista, pois uma nova ferramenta epistemológica nos permitiria, de fato, discernir a psicanálise da misoginia travestida de teorias lacunares aparentemente robustas. Ainda na lição de Rago (1998, p. 10), “Não há dúvidas de que o modo feminista de pensar rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários dos pressupostos da pesquisa científica”. Deseja-se com a criação de uma epistemologia feminista não a exclusão de uma tradição, que se inicia no findar da modernidade como é o caso da psicanálise, mas sim questionar sistemas fechados de produções de saberes, romper com uma espécie de enquadramento conceitual normativo e, perceber, que o nascimento de epistemologias feministas, sustenta Rago (1998, p. 5), se dá “pela visibilidade da ‘questão feminina’, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da

mulher [...]”. Poderíamos acrescentar, pelos novos contatos, pelas novas redes, por novos modos de pensar, por aproximações e também afastamentos.

Portanto, ao sermos confrontados com os mesmos questionamentos de Harding (1993, p. 19), sobre a necessidade de produção de uma nova abordagem epistêmica, a saber, “para que serve uma epistemologia feminista?”, ou “qual a razão ou necessidade de explicar o mundo e seus conflitos a partir de uma perspectiva nova?”, devemos parar, analisar, produzir investigações que sirvam de entendimento e de catapulta para as novas situações vindouras. Outra resposta poderia ser dada diretamente a partir das palavras de Margareth Rago, quando aponta para uma das primeiras críticas do feminismo em relação à ciência, a saber:

Não é demais reafirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. Em outras palavras, atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-primeiro-mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às feministas (RAGO, 1998, p. 3).

Sandra Harding, ao tematizar os motivos para a defesa de uma epistemologia feminista, sugere que a criação de novas correntes, maneiras de pensar e de construir conceitos e conhecimento – que inclusive buscam deslegitimar certas práticas de fazer ciência, e levar à exclusão de outras – não diminui o *status* do empreendimento científico em relação à epistemologia feminista e suas críticas. Acrescenta ainda a pensadora estadunidense (1993, p. 23), “uma forma de resolver o dilema seria que a ciência e a epistemologia feminista terão um valor próprio ao lado, e fazendo parte integrante, de outras ciências e epistemologia – jamais como superioridade às outras”.

Por intermédio de lutas, as mulheres têm, cada vez mais adentrado em territórios anteriormente inacessíveis, estando a academia entre eles. Em face da *invasão*<sup>8</sup> desses lugares, a história pode e deve ser reinterrogada, revisitada, pois há um novo olhar que possibilita a problematização de velhos conceitos e ainda a criação de novos. Com a epistemologia feminista existe a possibilidade de se fazer ciência fora de uma estrutura falocêntrica especular (RAGO, 1998, p. 8). Desse modo, torna-se interesse de nossa empreitada neste artigo, reinterrogar Freud

<sup>8</sup> Propositamente adotamos esse vocábulo uma vez que esses espaços abordados no texto não foram graciosamente franqueados às mulheres, mas alcançados a partir de muitas reivindicações.



e a psicanálise a partir de uma visada feminista. Importante frisar que essa trajetória de pesquisa não pretende alcançar uma resposta definitiva, nem sentença que absolva ou condene o protagonista da Psicanálise; mas, sim, desejamos criar um espaço produtivo de discussão de temas como o adiante abordado, a saber, a psicanálise é fruto de uma estrutura falocêntrica?

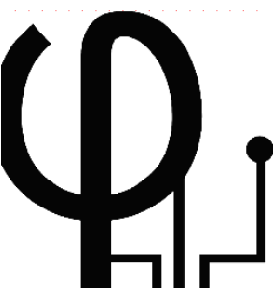
### **3 FREUD E A PSICANÁLISE: ISENTOS OU PARTICIPANTES DE UMA ESTRUTURA MISÓGINA?**

Uma das diversas motivações deste trabalho parte do reconhecimento da necessidade de criação de espaço de debate científico acerca de problemas filosóficos que até pouco tempo não encontravam a devida visibilidade acadêmica, a exemplo de estudos relacionados às questões de gênero sob a perspectiva filosófica. Destarte, a pretensão desta pesquisa é direcionada à realização de uma leitura que fuja do escopo canônico das reflexões postas a partir da psicanálise, visando, assim, um olhar a partir do feminismo.

Mas, se de fato existirem, quais seriam os possíveis pontos de contato do feminismo com a psicanálise? Qual o papel de Freud e, portanto, da psicanálise do início do século XX? Seria o criador de uma abordagem teórica acerca da subjetividade humana que comunga dos valores de estrutura misógina? Ou, ao contrário, seria Freud um revolucionário, que se afastaria do paradigma patriarcal reproduzido há séculos no Ocidente em sua prática de escuta das mulheres, seu distanciamento de Jean-Martin Charcot e da vinculação da histeria como patologia exclusiva das mulheres?

Lea Silveira, ao escrever sobre o feminismo e a psicanálise, ajuda-nos a compreender como os problemas levantados pela psicanálise tornam-se fonte de conteúdo para o aprofundamento das discussões feministas, conforme a pensadora:

A psicanálise interessa à reflexão feminista na medida em que reivindica para si duas tarefas: elaborar teoricamente o fenômeno da sexualidade humana e, em sendo assumida a tese de que existem processos psíquicos inconscientes, diagnosticar o modo pelo qual eles incidem nas dimensões social e política da nossa experiência – ou seja, nesse caso, trata-se de identificar a maneira como a realidade é informada por fantasias que se estruturam à revelia da consciência, indicando a radicalidade da divisão subjetiva. Ela promove, assim, aportes teóricos – senão ao menos problemas – que parecem ser indispensáveis ao feminismo (SILVEIRA, 2020, p. 114).



Em outras palavras, a psicanálise assume o papel de descrever teoricamente não apenas o que é a sexualidade humana, mas a sua representação fenomênica, isto é, como essa sexualidade se manifesta e porque se manifesta do modo como a conhecemos; como também buscará compreender o processo de formação daquilo que podemos denominar como subjetividade. Eis o ponto de encontro entre o feminismo e a psicanálise, uma vez que podemos também considerar o feminismo como uma ferramenta que interroga os saberes estruturantes das identidades.

Mas seria Freud um teórico que foge da estrutura especulativa dogmática falocêntrica ou estaria vinculado à tradição patriarcal? Nossa hipótese, *a priori*, é que tanto Freud como a psicanálise se estruturam a partir de uma ordem simbólica estritamente fundada no imaginário masculino, fruto de uma herança cultural. Evidentemente, não há consenso entre os estudiosos dessa temática. Gilson Iannini (2018, p. 23), por exemplo, defende que, mesmo com o suposto conservadorismo da vida familiar de Freud, ele sempre apoiou as causas libertárias de sua época, colocando-o como um homem à frente de seu tempo. “Quando, em 1910, a Sociedade Psicanalítica de Viena revia seus estatutos internos, houve oposição de alguns membros à admissão de mulheres. [...] Freud posicionou-se firmemente a favor da admissão de mulheres”. Destaca ainda Iannini, que,

[...] não custa lembrar que, naquela altura, um livro como sobre a debilidade mental fisiológica das mulheres [...] não apenas circulava nos meios científicos, mas justificava fisiologicamente práticas de dominação social. Freud, bastante cedo, reagiria veementemente contra tais ideias (IANNINI, 2018, p. 24).

As atitudes de Freud, à primeira vista, podem transparecer uma tentativa de ruptura com teses misóginas que colocam as mulheres em posição de inferioridade por causa de crenças essencialistas, entretanto, alguns de seus escritos não assinalam nessa direção. A partir da década de 20, período decisivo de reviravolta de sua teoria, Freud inicia um movimento de reexame da teoria acerca do complexo de Édipo com o objetivo de extinguir a suposta concepção de simetria entre os processos feminino e masculino.

Freud, quando se reporta à sexualidade infantil, percebe que a criança de sexo feminino, por meio de sua fantasia, não perceberá a existência de um órgão sexual próprio, desconsiderando, assim, a existência da vagina, enquanto percebe a existência do órgão fállico, colocando-se, desse modo, em posição de inferioridade ante o menino, pois seu clitóris é um pênis que ainda não se desenvolveu. Por isso, justifica Freud que (1933/2010, p. 271), “a garota pequena é um pequeno homem”. Embora entendamos que estamos dentro da

instância imaginativa da criança, que, em um primeiro momento, percebe-se como menino, o que está em jogo é o fato de que Freud centraliza o pênis como órgão principal que rege as experiências das crianças em um determinado momento.

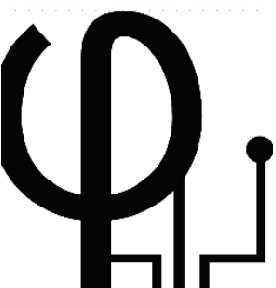
Dessa forma, a criança do sexo feminino, para se tornar mulher, precisaria fazer um movimento de troca do objeto, que, necessariamente, estaria na substituição da mãe pelo pai na condução do amor depositado no outro, como também na substituição do clitóris (concebido como pênis em potencial) pela vagina. Tendo em vista as dificuldades que esse percurso possui para a esperada concretização, a mulher, de acordo com Freud, teria três possíveis destinos, a saber: a frigidez; ou uma espécie de complexo de masculinidade; ou ainda o desenvolvimento de algo que corresponde à construção histórica de feminilidade, ou seja, uma feminilidade dita “normal”, que corresponderia a se tornar mãe, preferencialmente de um filho homem (FREUD, 1925/2011, p. 291).

Além disso, Freud por meio desse desenho teórico evidencia uma concepção de castração, que, no caso da menina, aparece na percepção de que algo importante lhe falta. A conclusão é que, sendo a ausência de um pênis um “defeito”, o outro, que é possuidor do falo, torna-se naturalmente superior (FREUD, 1931/2010, p. 383). Portanto, a anatomia tomaria um papel determinante não apenas do ponto de vista do desenvolvimento psíquico feminino, como também da mulher enquanto “ser social” (FREUD, 1931/2010, p. 379). Sobre essa construção, Beauvoir afirma que:

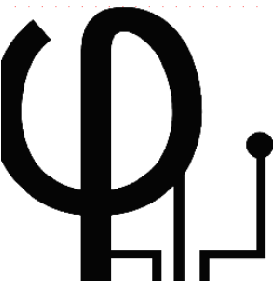
a mulher se sente um homem mutilado. Porém, a ideia de mutilação implica uma comparação e uma valorização [...]. [...] a inveja da menina resulta de uma valorização prévia da virilidade. Freud a encara como existente quando seria preciso explicá-lo (BEAUVOIR, 2016, p. 70).

Em outras palavras, Freud apresenta um sistema em que o homem está em posição de privilégio diante da mulher, mas qual o fundamento real disso? Qual a justificativa científica adotada por Freud para defender estas questões? Silveira acrescenta que, para Freud, todo esse processo decorreria do reconhecimento da constituição mais frágil do Superego na mulher, que desembocaria em uma menor aptidão para desenvolvimento ético e estético, de modo que careceria de sentido a reivindicação feminista por igualdade de direitos (SILVEIRA, 2020, p. 117).

Tendo apresentado em breves linhas alguns pontos da visão do pai da psicanálise sobre a mulher, poderíamos questionar o quanto Freud estava além de seu tempo ou se foi apenas fruto do seu tempo, compactuando com o desenvolvimento e a manutenção da



história da misoginia. Como afirmado anteriormente, o objetivo deste ensaio não pretende esgotar o tema, mas adentrar no campo de debates para melhor compreensão dessas questões, colocando a postura de Freud e suas teorias acerca da sexualidade feminina sob o viés da crítica. Freud está alicerçado em uma base científica para formular a teoria de inveja do falo, ou a sua especulação acerca da sexualidade está limitada à força da tradição?



## REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. (1949 a). *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. V. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FREUD, Sigmund. (1925). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. V. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FREUD, Sigmund. (1933). “A feminilidade”. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. V. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista de Estudos Feminista*, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>.
- IANINNI, Gilson. Freud e a emancipação das mulheres. *CULT - Revista Brasileira de Cultura*, n. 238 p. 23-25, 2018.
- LONGINO, Helen E. Epistemologia Feminista. In: GRECO, J.; SOSA, E. *Compêndio de Epistemologia*. Edições Loyola: São Paulo, 2012.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- RUSSELL, Bertrand. *The Problems of Philosophy*. London: Home University Library. Oxford University Press, 1971-2.
- SANCHES, Aline; RODRIGUES, Samara Megume. In: BRIGIDO, E., PONCIANO, J. *A Revolução do pensamento feminino: epopeia de novos tempos*. v. 1. São Carlos: Pedro e João, 2021.
- SHOWALTER, Elaine. A crise feminina no território selvagem. In: Heloísa Buarque de Hollanda (Org.). *Tendências e impasses. O Feminismo como Crítica da Cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SILVEIRA, Léa. Feminismo e psicanálise. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. 6, n. 3, p. 114-127, 2020. Disponível em: <http://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/feminismo-epsicanalise/>. Acesso em: 05 abr. 2022.
- SLOTERDIJK, Peter. *Esferas I: Bolhas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.
- TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 12 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.